

## Sem delação, Anderson Torres ainda deve explicações

## LIBERDADE PROVISÓRIA

Ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro deixou a prisão depois de quatro meses, mas vai ter de responder a investigação

# Sem delação, mas com muito a explicar ainda

HENRIQUE LESSA

Sem uma delação em vista, depois de 4 meses preso, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres ainda deve muitas explicações à Justiça. Além da possível omissão nos ataques golpistas de 8 de janeiro, outras questões que o bolsonarista deve enfrentar são as justificativas sobre a minuta golpista encontrada na sua casa, a motivação dos bloqueios nas estradas do Nordeste pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no segundo turno das eleições e a participação dele em uma transmissão do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), em que atacou o sistema de voto eletrônico.

Apesar da liberdade provisória do ex-ministro ser um alívio para bolsonaristas, a situação jurídica de Torres segue delicada. Ainda sem contato com o ex-ministro, a deputada Bia Kicis (PL-DF) aponta o alívio com a soltura do correligionário. "A gente fica muito aliviado e feliz do ministro ser posto em liberdade apesar de todas as restrições, é um alívio que ele tenha sido liberado e mandado para casa", disse Kicis. Para a parlamentar, a minuta do golpe não é um documento, não está assinada e como não foi dado nenhum golpe, não foi fet-



Bolsonaristas ficaram aliviados com saída de Anderson Torres da cadeia, mas situação jurídica é delicada

to nada, ela "não tem valor jurídico nenhum, ela só serve para alimentar narrativas", disse a parlamentar que refutou qualquer participação do ex-ministro em bloqueios nas estradas.

"Isso foi feito a vida inteira para evitar crime eleitoral, o transporte de eleitores é crime eleitoral. Foi isso que a PRF fez diante de, não sei, denúncias. A PRF faz

blitz para evitar isso. Foi feito mais no Nordeste, porque talvez lá aconteça mais esse tipo de transporte clandestino", apontou a deputada.

Quanto à live em que o ex-presidente questionava a credibilidade das urnas eletrônicas, Kicis disse que a atividade legislativa dela deve estar sendo considerada crime, já que ela é autora da

proposta de voto impresso. A parlamentar aposta que aconteceram omissões, mas por parte do governo federal, o que espera que seja revelado durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro.

**DEFESA E DELAÇÃO** Após a prisão, em 14 de janeiro, Anderson

Torres chegou a ter 12 advogados na sua defesa, incluindo o ex-senador Demóstenes Torres. Sem a divulgação do motivo, todos abandonaram o caso, ficando apenas o advogado de confiança da família Bolsonaro, Rodrigo Roca.

Conhecido por defender militares do Exército acusados de tortura durante a ditadura militar, ao acompanhar o general Nilton Cerqueira durante audiências da Comissão Nacional da Verdade, ganhou notoriedade nacional quando assumiu, em 2020, a defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), após a saída de Frederick Wassef, nos processos sobre as "rachadinhas".

Tido como contrário a delações, a saída da defesa de Torres, em 30 de março, criou rumores quanto à possibilidade de o ex-ministro procurar esse tipo de acordo para atenuar possíveis condenações. O advogado que assumiu a defesa, Eumar Novacki, foi secretário da Casa Civil na gestão Ibaneis Rocha (MDB), após a soltura do ex-ministro disse que "não existe possibilidade de delação premiada" por parte do cliente. Mas em nenhum momento disse que a opção estaria descartada por não ter nada a ser delatado. Segundo Kicis, essa é a razão pela qual

não teme uma delação. "Eu não temo delação, porque não há nada que possa delatar contra a gente", disse a parlamentar.

**INQUÉRITOS** Após os atos golpistas de 8 de janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) dividiu as investigações em oito inquéritos. Três procedimentos apuram a participação de parlamentares na incitação dos ataques, outro apura os financiadores e aqueles que forneceram auxílio material, outro identifica os autores intelectuais e investigadores e enquanto um identifica os executores que não foram presos em flagrante, outro procedimento autouo os presos no dia 8 e 9 de janeiro.

O último procedimento, o inquérito 4923, é o que apura a responsabilidade de autoridades por omissão. Nessa investigação, além de Anderson Torres, figuram também Ibaneis Rocha, o comandante à época da Polícia Militar, coronel Fábio Augusto Vieira, o número dois da Segurança Pública do DF à época, Fernando de Sousa Oliveira e o coronel Jorge Eduardo Naime, ex-chefe do departamento operacional da PMDF, único que segue preso em razão da investigação.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Política **Página:** 3